



Câmara Municipal de Vitória
DEPARTAMENTO LEGISLATIVO
090/2018

PROCESSO	3950/2018
PROJETO DE LEI	67/2018
EMENTA	Visa garantir a segurança do feto e da gestante em partos realizados no Município de Vitória.
INICIATIVA	Fabício Gandini
PARECER	Comissão de Constituição e Justiça – Pela Constitucionalidade e Legalidade. Comissão de saúde e Assistência Social – Pela Aprovação Comissão de Promoção e Defesa dos Direitos da Mulheres – Pela Aprovação



CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

INCLUIA-SE EM PAUTA DA ORDEM DO DIA

EM, 27/09/2018

PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ENCERRADA A DISCUSSÃO ÚNICA - APROVAÇÃO ÚNICA
DO DEL PARA EXTRAÇÃO DO AUTOGRAFO

Em, 27/09/2018

Presidente da CMV

Sr. Diretor, devidamente providenciado,

Em, 27/09/2018

ASSINATURA

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO
DE DOCUMENTOS

Matéria : Projeto de Lei nº67/2018

Reunião :

96ª Sessão Ordinária

Data :

27/09/2018 - 17:17:57 às 17:19:04

Tipo :

Nominal

Turno :

Ata

Quorum :

Total de Presentes : 11 Parlamentares

N.Ordem	Nome do Parlamentar
2	Aloísio Varejão
35	Cleber Felix
33	Dalto Neves
17	Davi Esmael
29	Denninho Silva
6	Fábio Lube
24	Luiz Paulo Amorim
9	Max da Mata
32	Mazinho dos Anjos
11	Neuzinha
34	Roberto Martins
23	Rogerinho
28	Sandro Parrini
21	Vinicius Simões
25	Virgínia Brandão

Partido	Voto	Horário
PSDB	Sim	17:18:13
PROG	Sim	17:18:35
PTB	Sim	17:18:22
PSB	Sim	17:18:54
PPS	Não Votou	
PROS	Não Votou	
PV	Sim	17:18:46
PSDB	Não Votou	
PSD	Sim	17:18:28
PSDB	Sim	17:18:31
PTB	Sim	17:18:38
PHS	Não Votou	
PDT	Sim	17:18:30
PPS	Não Votou	
PPS	Sim	17:18:21

Totais da Votação :

SIM
10

NÃO
0

TOTAL
10

PRESIDENTE

SECRETARIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE. AUT. Nº 282

Vitória, 01 de Outubro de 2018.

Assunto: **AUTÓGRAFO DE LEI**

Senhor Prefeito,

Em cumprimento ao que dispõe o Art. 83 da Lei Orgânica do Município de Vitória, encaminho a Vossa Excelência o **Autógrafo de Lei nº 11.057/2018, referente ao Projeto de Lei nº 67/2018, de autoria do Vereador Fabrício Gandini**, aprovado em Sessão Ordinária realizada no dia 27 de Setembro de 2018.

Atenciosamente,

Vinícius Simões
PRESIDENTE

Processo **5882172/2018** Prioridade **EXPRESSA**
Data 02/10/2018 Hora 16.37
Requerente VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto AUTÓGRAFO DE LEI

Documento OFÍCIO - 282/2018
Destino **SEGOV/SUB-RI**
Volume. 01/01



Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA



**Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo**

AUTÓGRAFO DE LEI N° 11.057

A Câmara Municipal de Vitória, Capital do Estado do Espírito Santo, havendo APROVADO o **Projeto de Lei n° 67/2018**, envia-o ao Prefeito Municipal na forma do Art. 83 da Lei Orgânica.

Visa garantir a segurança do feto e da gestante em partos realizados no Município de Vitória.

Art. 1°.Dispõe sobre a garantia de segurança do feto e da gestante em partos nas maternidades da Cidade de Vitória.

Art. 2°.Para garantir a segurança do feto nas maternidades da Cidade de Vitória, nas situações eletivas de risco habitual, somente poderá ser realizada a partir da 39ª semana de gestação, devendo haver o registro em prontuário.

§1°. A decisão pela cesariana deve ser registrada em termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado em linguagem de fácil compreensão, respeitando as características socioculturais da gestante.



**Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo**

§2º. A opção pela realização da cesariana é um direito desde que garantida por sua autonomia, e que a gestante tenha recebido todas as informações de forma pormenorizada sobre o parto vaginal e cesariana, seus respectivos benefícios e riscos.

Art. 3º. É ético o médico realizar a cesariana a pedido, e se houver discordância entre a decisão médica e a vontade da gestante, o médico poderá alegar o seu direito de autonomia profissional e, nesses casos, referenciar gestante a outro profissional.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 01 de Outubro de 2018.

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

Wanderson José da Silva Marinho
1º SECRETÁRIO

Leonil Dias da Silva
2º SECRETÁRIO

Adalto Bastos das Neves
3º SECRETÁRIO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO



LEI Nº 9.335

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Visa garantir a segurança do feto e da gestante em partos realizados no Município de Vitória.

Art. 1º. Dispõe sobre a garantia de segurança do feto e da gestante em partos nas maternidades da Cidade de Vitória.

Art. 2º. Para garantir a segurança do feto nas maternidades da Cidade de Vitória, nas situações eletivas de risco habitual, somente poderá ser realizada a partir da 39ª semana de gestação, devendo haver o registro em prontuário.

§1º. A decisão pela cesariana deve ser registrada em termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado em linguagem de fácil compreensão, respeitando as características socioculturais da gestante.

Proc. nº 3950/2018

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§2º. A opção pela realização da cesariana é um direito desde que garantida por sua autonomia, e que a gestante tenha recebido todas as informações de forma pormenorizada sobre o parto vaginal e cesariana, seus respectivos benefícios e riscos.

Art. 3º. É ético o médico realizar a cesariana a pedido, e se houver discordância entre a decisão médica e a vontade da gestante, o médico poderá alegar o seu direito de autonomia profissional e, nesses casos, referenciar gestante a outro profissional.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivacqua, 07 de Novembro de 2018.

Vinícius José Simões
PRESIDENTE



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

www.cmv.es.gov.br/diario

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 888 Ano VI

Vitória (ES), Quinta-feira, 08 de Novembro de 2018

Dispõe sobre a obrigatoriedade de instalação de Dispositivos de Proteção Solar nas janelas dos sistemas de transporte coletivo, em espaços adaptados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, nos transportes coletivos de Vitória.

Art. 1º. Ficam as empresas, que operam no sistema de transporte coletivo municipal, obrigadas a instalar dispositivos de Proteção Solar, nas janelas dos espaços adaptados para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, dos transportes coletivos do Município de Vitória.

Art. 2º. O presente requisito deve ser item obrigatório para a composição do objeto licitatório do transporte coletivo urbano do Município.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar a presente Lei no prazo de 60 (sessenta) dias, contar de sua publicação.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atilio Vivácqua, 07 de Novembro de 2018.

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

LEI Nº 9.335

O Presidente da Câmara Municipal de Vitória, Estado do Espírito Santo, faz saber que a Câmara Municipal de Vitória aprova e eu promulgo na forma do Art. 83, § 7º da Lei Orgânica do Município de Vitória, a seguinte Lei:

Visa garantir a segurança do feto e da gestante em partos realizados no Município de Vitória.

Art. 1º. Dispõe sobre a garantia de segurança do feto e da gestante em partos nas maternidades da Cidade de Vitória.

Art. 2º. Para garantir a segurança do feto nas maternidades da Cidade de Vitória, nas situações eletivas de risco habitual, somente poderá ser realizada a partir da 39ª semana de gestação, devendo haver o registro em prontuário.

§1º. A decisão pela cesariana deve ser registrada em termo de consentimento livre e esclarecido, elaborado em linguagem de fácil compreensão, respeitando as características socioculturais da gestante.



DIÁRIO OFICIAL LEGISLATIVO MUNICIPAL

www.cmv.es.gov.br/diario

Câmara Municipal de Vitória

Edição: 888 Ano VI

Vitória (ES), Quinta-feira, 08 de Novembro de 2018

§2º. A opção pela realização da cesariana é um direito desde que garantida por sua autonomia, e que a gestante tenha recebido todas as informações de forma pormenorizada sobre o parto vaginal e cesariana, seus respectivos benefícios e riscos.

Art. 3º. É ético o médico realizar a cesariana a pedido, e se houver discordância entre a decisão médica e a vontade da gestante, o médico poderá alegar o seu direito de autonomia profissional e, nesses casos, referenciar gestante a outro profissional.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Atílio Vivácqua, 07 de Novembro de 2018.

Vinícius José Simões

PRESIDENTE

EXPEDIENTE

Presidente Vinícius José Simões

Diretora Geral Raquel Ramos

Responsável pela publicação Carlos Eduardo Louredo de Freitas

ESTE É O FINAL DESTA PUBLICAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE VITÓRIA

ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

OF.PRE.ENC.LEIS Nº 036

Vitória, 08 de Novembro de 2018.

Assunto: **LEI PROMULGADA**

Senhor Prefeito,

Encaminho a V. Exa. a **Lei Promulgada nº 9.335/2018**, referente ao **Projeto de Lei nº 67/2018**, de autoria do **Vereador Fabricio Gandini** publicada no Diário Oficial Legislativo Municipal de 08 de Novembro de 2018.

Atenciosamente,

Vinícius José Simões
PRESIDENTE

Exmo. Sr.
Luciano Santos Rezende
Prefeito Municipal de Vitória
NESTA

Processo **6619254/2018** Prioridade **NORMAL**
Data 09/11/2018 Hora 13:47
Requerente VITORIA CAMARA MUNICIPAL
Assunto INFORMACÃO

Proc. Nº3950/2018 – CMV



Câmara Municipal de Vitória
Estado do Espírito Santo

Sr. Diretor

Encaminhamento para expediente externo

A Lei Promulgada nº 9.335

Em, 13 / 11 / 20 18

Antônio E.

INCLUÍDO NO EXPEDIENTE EXTERNO

EM, 13 / 11 / 20 18

DIRETOR/DEL

AO DEL

Para providenciar os demais encaminhamentos
regimentais relativos ao presente processo.

Em, 13 / 11 / 20 18

Presidente da Sessão

